

|                       |   |
|-----------------------|---|
| LINHA EDITORIAL ..... | 7 |
|-----------------------|---|

|                 |   |
|-----------------|---|
| EDITORIAL ..... | 9 |
|-----------------|---|

## DOCTRINA

### TEORIA GERAL E PROTEÇÃO AO AMBIENTE

Racionalidade ambiental e a regulação brasileira: a implementação das políticas ambientais como instrumentos de valorização ao meio ambiente como um direito humano

*Environmental rationality and Brazilian regulation: the implementation of environmental policies as instruments to value the environment as a human right*

LETICIA DE SOUZA LOPES LUGLI, RAFAEL JOSÉ NADIM DE LAZARI e SANDRO MARCOS  
GODOY ..... 19

Entre Gaia e Medeia, Têmis precisa ouvir Omama: análise dialógica sobre direitos ecológicos da Floresta Amazônica e dos povos indígenas

*Between Gaia and Medeia, Themis needs to hear Omama: a dialogic analysis on the ecological rights of the Amazon Forest and indigenous people*

LUCIANA BARREIRA, GINA POMPEU e TIAGO FENSTERSEIFER..... 39

O passivo ambiental e suas implicações jurídicas no mundo contemporâneo: a lacuna jurídica-normativa no direito brasileiro e proposições

*Environmental liabilities and its legal implications in the contemporary world: the legal-normative gap in Brazilian law and propositions*

CRISTIANE BORTOLUZZI CORINO e PAULO ROBERTO JAQUES DILL..... 71

A advocacia pública estruturante e a promoção da justiça ambiental  
*The structural profile of the public attorneys and the promotion of environmental justice*

LUCAS SOARES DE OLIVEIRA..... 99

## AMBIENTAL – CIVIL

O bem comum na proteção ambiental e ao consumidor  
*The common good in environmental and consumer protection*

ADALBERTO PASQUALOTTO ..... 121

## AMBIENTAL – BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

Construções em áreas de preservação permanente e o princípio da  
 consunção: críticas à absorção do art. 48 pelo art. 64 da Lei 9.605/98  
 a partir da abordagem ecossistêmica

*Constructions in permanent preservation areas and the principle  
 of consumption: criticisms of the absorption of art. 48 by art. 64 of  
 Law 9,605/98 from the ecosystem approach*

TIAGO BREGOLIN BERTUZZO e ALEXANDRE ALTMANN..... 149

Compensação por supressão de cavidades no licenciamento ambiental  
 em Minas Gerais: problemas e soluções para a normatização e  
 administração

*Compensation for the destruction of caves in the environmental  
 permitting procedure in Minas Gerais: problems and solutions for  
 regulation and administration*

ANGÉLICA APARECIDA SEZINI e ALBERTO DE FREITAS CASTRO FONSECA..... 175

Conflitos comunitários envolvendo o acesso a recursos hídricos: uma  
 proposta de autocomposição

*Community conflicts involving access to water resources: a proposal  
 of alternative dispute resolution*

FABIANA MARION SPENGLER e MÁRCIO DUTRA DA COSTA ..... 199

**AMBIENTAL – INTERNACIONAL**

O Direito dos Desastres no Mercosul

*Disaster law in Mercosur*

LUCIANE KLEIN VIEIRA, LUISA LAUERMANN LAZZARETTI e PATRÍCIA DA SILVEIRA OLIVEIRA.....

223

**AMBIENTAL – URBANO E PATRIMÔNIO CULTURAL**

Um olhar multidisciplinar sobre o patrimônio cultural arquivístico

*A multidisciplinary look at archival cultural heritage*

ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN e CÍNTIA VIEIRA SOUTO.....

249

**MUDANÇAS CLIMÁTICAS**

Ecological narratives in the rights-based climate litigation: outlines from the Global South

*Narrativas ecológicas na litigância climática baseada em direitos: contornos do Sul Global*

ELISA FIORINI BECKHAUSER.....

275

**JURISPRUDÊNCIA COMENTADA****SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**

Medida Provisória que dispôs sobre sanções aplicáveis a atividades lesivas ao meio ambiente, por ser norma de transição, somente deve ser aplicada aos empreendimentos e atividades já existentes quando da entrada em vigor da Lei de Crimes Ambientais.

VITÓRIA LEOPOLDINA GOMES MENDES e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA.....

297

É inconstitucional lei estadual que proíbe órgãos ambientais e policiais de destruir bens particulares apreendidos.

MARIANA DE CARVALHO PERRI.....

314

Afastada a inconstitucionalidade de lei estadual em matéria ambiental por violação à repartição de competências federativas.

DANIELE GALVÃO DE SOUSA SANTOS ..... 336

É cabível a atuação supletiva dos entes federados em caso de omissão ou mora administrativa em ações de licenciamento e autorização ambiental ou em auto de infração lavrado pelo órgão originalmente competente.

ALEXANDRE FERNANDES SILVA ..... 366

### **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

É imprescritível a pretensão de reparação dos danos ambientais em operações urbanas consorciadas.

ALESSANDRA ALMEIDA NEVES CÍCERO DE SÁ e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA ..... 377

Majorado o valor final da multa diária por inadimplência do Termo de Ajustamento de Conduta ambiental.

LIVIA MARIA MARTINIANO LACERDA e PATRYCK DE ARAÚJO AYALA ..... 381

### **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

Negado recurso que buscava anular decisão sobre dano ambiental e a necessidade de regulamentação de atividade *off road* por parte da Administração Pública.

MARIANA CARVALHO VICTOR COELHO ..... 397

### **NORMAS DE PUBLICAÇÃO PARA AUTORES DE COLABORAÇÃO AUTORA INÉDITA..... 409**